

Narrativa e persuasão em *Claude Gueux* de Victor Hugo¹

Marion Carel*

Resumo

O artigo aborda a questão da persuasão, comparando duas passagens do texto *Claude Gueux*, de Victor Hugo. Propõe-se determinar se alguma coisa, *semanticamente*, nas próprias palavras, distingue a passagem narrativa extraída da primeira parte e a passagem militante extraída da segunda parte. Conclui que, da passagem narrativa à passagem militante, há duas mudanças enunciativas: uma mudança de endereço, o ouvinte passivo torna-se um interlocutor ativo; e uma mudança de implicação do locutor que, desengajado na narração, torna-se engajado na passagem militante.

Palavras-chave: Análise enunciativa. Análise semântica. Persuasão. Texto narrativo. Texto militante.

A questão

Proponho-me abordar a questão da persuasão, comparando duas passagens de um texto em que Hugo, inspirando-se numa crônica policial, escreveu sobre a pena de morte. Trata-se de *Claude Gueux*. A primeira passagem é extraída da primeira parte do texto, aquela em que Hugo narra o assassinato, por um prisioneiro, do diretor das oficinas da prisão de Clairvaux, o processo de seu assassino, Claude Gueux, e, enfim, sua execução. Essa primeira parte é separada explicitamente da segunda pela fórmula *nós acreditamos dever contar em detalhes a história de Claude Gueux porque...*; abre-se, então, o que constitui, de ma-

* École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França.

¹ Artigo publicado em CAREL, Marion. Narrative and persuasion in Victor Hugo's *Claude Gueux*. Trad. do francês por Christopher Renna, *Argumentation*, v. 26, issue 1, p. 143-159, Springer 2012.

Texto traduzido por Telisa Furlanetto Graeff – Universidade de Passo Fundo – Passo Fundo - RS, e revisado por Leci Borges Barbisan, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS.

Data de submissão: ago. 2012 – Data de aceite: nov. 2012

neira característica, um texto militante: é dessa segunda parte que será extraída a segunda passagem que estudarei. Proponho-me determinar se alguma coisa, *semanticamente*, nas próprias palavras, distingue a passagem narrativa extraída da primeira parte e a passagem militante extraída da segunda parte.

A narrativa que escolhi constitui as primeiras linhas de *Claude Gueux*:

Há sete ou oito anos, um homem chamado Claude Gueux, pobre operário, vivia em Paris. Morava com ele uma jovem que era sua amante, e uma criança dessa jovem. Eu digo as coisas como elas são, deixando o leitor juntar as moralidades, à medida que os fatos as semeiam em seu caminho. O operário era capaz, hábil, inteligente, muito maltratado pela educação, muito bem tratado pela natureza, não sabendo ler, mas sabendo pensar. Em um inverno, contudo, o trabalho faltou. Nada de fogo nem de pão no sótão. O homem, a moça e a criança passaram frio e fome. O homem roubou. Eu não sei o que ele roubou, eu não sei onde ele roubou. O que eu sei é que desse roubo resultaram três dias de pão e de fogo para a mulher e a criança, e cinco anos de prisão para o homem (tradução nossa).

(Il y a sept ou huit ans, un homme nommé Claude Gueux, pauvre ouvrier, vivait à Paris. Il avait avec lui une fille qui était sa maîtresse, et un enfant de cette fille. Je dis les choses comme elles sont, laissant le lecteur ramasser les moralités à mesure que les faits les sèment sur leur chemin. L'ouvrier était capable, habile, intelligent, fort maltraité par l'éducation, fort bien traité par la nature, ne sachant pas lire et sachant penser. Un hiver, l'ouvrage manqua. Pas de feu ni de pain dans le galetas. L'homme, la fille et l'enfant eurent froid et faim. L'homme vola. Je ne sais ce qu'il vola, je ne sais où il vola. Ce que je sais, c'est que de ce vol il résulta trois jours de pain et de feu pour la femme et pour l'enfant, et cinq ans de prison pour l'homme.)

A segunda passagem é um pouco mais longa. Esclareço que a pena de “flétrissure”, essa marca com ferro quente que faziam nos condenados, tinha sido abolida em 1832, dois anos antes da publicação de *Claude Gueux*.

A “flétrissure” era uma cauterização que gangrenava a ferida; pena sem sentido, essa, que pela vida selava e fixava o crime sobre o criminoso! que fazia deles dois amigos, dois companheiros, dois inseparáveis!

A prisão é um vesicatório absurdo que deixa acabar, não sem antes o haver tornado pior ainda, quase todo o mau sangue que ela extrai. A pena de morte é uma amputação bárbara.

Ora “flétrissure”, solitária, pena de morte, três coisas que se igualam. Vós haveis suprimido a “flétrissure”, se vós sois lógicos, suprimi o resto.

O ferro em brasa, o grilhão e o machado eram as três partes de um silogismo.

Vós haveis removido o ferro em brasa; o grilhão e o machado não têm mais sentido. Farinace era atroz, mas não era absurdo.

Removi essa antiga escala manca de crimes e penas e reavaliei-a. Reavaliei vossa penalidade, reavaliei vossos códigos, reavaliei vossas prisões, reavaliei vossos juizes. Atualizei as leis de acordo com os costumes.

Senhores, cortam-se muitas cabeças por ano na França. Já que vós estais fazendo economia, fazei nisso.

Já que estais em verve de supressões, suprimi o carrasco. Com o soldo de vossos oitenta carrascos, vós pagareis seiscentos mestres de escola (tradução nossa).

(La flétrissure était une cautérisation qui gangrenait la plaie; peine insensée que celle qui pour la vie scellait et rivait le crime sur le criminel! qui en faisait deux amis, deux compagnons, deux inséparables!

Le bagne est un vésicatoire absurde qui laisse résorber, non sans l'avoir rendu pire encore, presque tout le mauvais sang qu'il extrait. La peine de mort est une amputation barbare.

Or flétrissure, bague, peine de mort, trois choses qui se tiennent. Vous avez supprimé la flétrissure, si vous êtes logiques, supprimez le reste.

Le fer rouge, le boulet et le couperet, c'étaient les trois parties d'un syllogisme.

Vous avez ôté le fer rouge; le boulet et le couperet n'ont plus de sens. Farinace était atroce; mais il n'était pas absurde.

Démontez-moi cette vieille échelle boiteuse des crimes et des peines, et refaites-la. Refaites votre pénalité, refaites vos codes, refaites vos prisons, refaites vos juges. Remettez les lois au pas des mœurs.

Messieurs, il se coupe trop de têtes par an en France. Puisque vous êtes en train de faire des économies, faites-en là dessus.

Puisque vous êtes en verve de suppressions, supprimez le bourreau. Avec la solde de vos quatre-vingts bourreaux, vous payerez six cents maîtres d'école.)

Partirei do sentimento intuitivo de que os estilos dessas duas passagens são “diferentes”: o segundo manifesta mais claramente a intenção persuasiva de Hugo, isto é, seu esforço em fazer admitir sua posição. Esse excerto tem, em vista disso, propriedades semânticas que a narração não tem? Em caso afirmativo, suas características linguísticas têm a função de marcar a intenção persuasiva de Hugo? Minha tese será a de que a organização dos conteúdos é de mesma natureza nas duas passagens de *Claude Gueux* e que é somente no nível enunciativo que as passagens se distinguem. Veremos, então, que essa diferença enunciativa permite ao locutor da passagem militante dar um retrato favorável de si mesmo e, com isso, ganhar o leitor para seus pontos de vista. É apenas assim, de maneira indireta, que a intenção persuasiva de Hugo aparece; ela não tem marca semântica.

Uma organização de conteúdos semelhantes nas duas passagens

Há uma diferença formal nítida entre as duas passagens. Somente a primeira utiliza o passado simples; somente a segunda utiliza conjunções argumentativas, como “ou”, “se”, “desde”, “mas” (eu deixo de lado os “e” da primeira passagem para simplificar). Poder-se-ia ser tentado a concluir que a primeira passagem constitui uma narrativa, organizada pelo decorrer do tempo, enquanto a segunda seria organizada em raciocínios e declararia, assim, uma intenção persuasiva. Eu disse “se poderia ser tentado a concluir”; se terá compreendido que essa não é minha análise. Mesmo se, com certeza, de um texto a outro há diferenças, a organização dos conteúdos é, segundo penso, de mesma natureza nas duas passagens. A fim de precisar essa tese, uma observação é primeiro necessária a propósito da noção de “argumentação” que utilizarei.

Contrariamente à tradição, agruparei sob o nome de discursos “argumentativos” três famílias de discursos. Primeiramente, sem dúvida, os discursos que têm conjunções como *portanto*, *se*, ou ainda *porque* (eu falo do discurso “normativo”); em seguida os discursos que contêm conjunções opositivas como *mesmo assim*, *embora*, ou *ainda que* (os discursos “transgressivos”); enfim, os discursos que, se não comportam nenhuma das conjunções precedentes, são

parafraseáveis por discursos normativos ou transgressivos: por exemplo, direi que o enunciado *essas polêmicas inúteis não me interessam* é argumentativo porque é parafraseável pela argumentação *essas polêmicas são inúteis, portanto elas não me interessam* (Para as razões do paralelo de *donc* (*portanto*) e de *pourtant* (*mesmo assim*), pode-se ver CAREL, 1995)).

Ter-se-á notado que essa definição dos discursos argumentativos distingue-os dos discursos com intenção persuasiva. As explicações, por exemplo, são para mim argumentações (trata-se mais precisamente de discursos normativos); ou dizer *preferi fazer um passeio porque fazia bom tempo* não marca nenhuma intenção de persuadir com a sua preferência pelo passeio. Do mesmo modo, o discurso *fazia bom tempo e mesmo assim Pedro não saiu* é para mim argumentativo (trata-se de um discurso transgressivo), ou ele não marca a intenção de persuadir de que Pedro não saiu. A argumentação, tal como a entendo, não marca, então, por si mesma, nenhuma vontade persuasiva do locutor.

Há uma segunda razão para a diferença que faço entre argumentação e persuasão. É que concebo cada argumentação, normativa ou transgressiva, não como um conjunto de julgamentos, cuja verdade dos primeiros asseguraria, ou ao contrário se oporia, àquela do último, mas como um julgamento único. Dizer, por exemplo, sobre Pedro, que *não era útil portanto Pedro não comprou*, é, segundo entendo, unicamente dizer

que Pedro não comprou o objeto em questão por causa de sua inutilidade, é descrevê-lo por meio do predicado único não-comprar-por-causa-da-inutilidade. Não há um caminho de um argumento (*não era útil*) para uma conclusão (*Pedro não comprou*) – quem raciocinaria assim?: o locutor pode ser gastador e não acreditar que não se compra o que não é útil. Há somente qualificação de Pedro por meio do predicado “normativo” não-comprar-por-causa-da-inutilidade: Pedro é descrito como tendo sido econômico. Essa abordagem vale igualmente para os discursos transgressivos: o Pedro de que se trata em *mesmo se é útil, Pedro não comprará* é descrito pelo predicado “transgressivo” único não-comprar-apesar-da-utilidade e aparece assim como avaro. (A Teoria dos Blocos Semânticos dá a esses predicados argumentativos mobilizados pelos discursos normativos ou transgressivos o nome de aspectos argumentativos).

Essa análise predicativa da argumentação fornece, eu anunciava, uma segunda razão para distinguir argumentação e persuasão. Nessa ótica, uma argumentação *X é P portanto Y é Q* constitui de fato não uma maneira racional de dizer *Y é Q*, mas uma maneira de entrelaçar os termos P e Q, a fim de construir um predicado ser-Q-porque-P, que permite formular um julgamento, único, sobre Y. Argumentar não consiste mais, então, em “rastejar”, de proposição em proposição, em direção à verdade (a expressão é de Saint Thomas), mas unicamente em

atribuir um predicado argumentativo. Há a afirmação de que Y é porque P, e não a intenção de persuadir de que Y é Q.

Eu me proponho mostrar que as duas passagens de *Claude Gueux* são organizadas “argumentativamente” – no sentido que eu acabo de dar à “argumentação” – e somente “argumentativamente”: a narração, vamos vê-lo, não é uma simples cronologia; o texto militante não contém raciocínio.

Começamos pela organização da passagem narrativa. Pode-se nela distinguir dois momentos: um retrato de Claude Gueux no imperfeito, depois, a partir de *um inverno*, uma sequência de acontecimentos no passado simples. Eu me concentrarei no segundo momento que constitui a narração propriamente dita:

Um inverno, o trabalho faltou. Nada de fogo nem de pão no sótão. O homem, a moça e a criança passaram frio e fome. O homem roubou.

Exceto algum *e*, não há conjunção aqui. Nem conjunção argumentativa, nem conjunção temporal. Entretanto, esse texto não constitui um amontoado de fatos, postos aí, um pouco como numa lista de compras a fazer. Compreendê-lo, é compreender que os diversos acontecimentos de que ele trata estão ligados argumentativamente, de sorte que a passagem é equivalente a:

o trabalho faltou **portanto** não teve fogo **portanto** eles passaram frio **portanto** ele roubou

Eu me proponho mostrar que essa construção argumentativa é linguisticamente

prefigurada, e responde a regras de boa construção semântica – regras de coesão textual – da mesma maneira que se nela houvesse as conjunções. Não que a coesão textual seja sempre assegurada, segundo penso, por encadeamentos normativos, mas a interpretação normativa é a que se impõe aqui.

O início da passagem narrativa mostra que a coesão textual não comanda a ligação argumentativa de todas as frases:

Há sete ou oito anos, um homem chamado Claude Gueux, pobre operário, vivia em Paris. Morava com ele uma jovem que era sua amante, e uma criança dessa jovem.

Por outro lado, mesmo quando ela permite a evocação de uma argumentação, a justaposição de dois elementos pode corresponder a uma argumentação normativa, como no relato do roubo, mas também a uma argumentação transgressiva:

O operário era capaz, hábil, inteligente, muito maltratado pela educação, muito bem tratado pela natureza, não sabendo ler, mas sabendo pensar.

A repetição do particípio tratado em maltratado/bem tratado, e a presença do intensificador muito conduzem aqui a ver um contraste, e não uma consequência, entre os dois segmentos *muito maltratado pela educação, muito bem tratado pela natureza*. Nada impõe, portanto, a ligação por elos normativos dos diversos elementos de um texto.

Isso posto, se existem diversos tipos de construções, conectando argumentativamente ou não os elementos que os constituem, construindo encadeamen-

tos normativos ou transgressivos, as construções são regradas por princípios. Em particular, a ausência de conjunção obriga a reconhecer, nas sequências de frases interpretadas argumentativamente, agrupamentos-padrão, banais: o que chamarei de argumentações doxais. Esse não é o caso, se é utilizada uma conjunção. Podem-se formar discursos doxais, como *esse quadro era feio portanto Pedro não o comprou* ou *esse quadro era feio mesmo assim Pedro o comprou*, nos quais os dois locutores caracterizam a feiúra como um defeito. (A Teoria dos Blocos Semânticos aparenta os predicados argumentativos desses dois discursos vendo neles duas apreensões de um mesmo “bloco semântico” – o da feiúra como defeito). Mas se pode também formar, graças a uma conjunção, os discursos paradoxais *esse quadro era feio portanto Pedro o comprou* e *esse quadro era feio mesmo assim Pedro não o comprou*, cujos locutores definem dessa vez a feiúra como uma qualidade (segundo a teoria dos blocos semânticos, os predicados argumentativos desses dois discursos provêm de um outro “bloco semântico” – o da feiúra como qualidade). O mesmo não ocorre na ausência de conjunção. A interpretação argumentativa é, então, necessariamente doxal. Isso tem como consequência que o discurso de Hugo:

Um dia, o trabalho faltou; nada de fogo nem de pão no sótão.

não pode ser interpretado como equivalente à argumentação paradoxal em *pourtant* (*mesmo assim*):

Um dia, o trabalho faltou; mesmo assim não teve nada de fogo nem de pão no sótão.

E inversamente, o discurso transformado:

Um dia o trabalho faltou. Teve fogo e pão no sótão. (Claude compreendeu que ela tinha um outro amante)

Não pode ser interpretado como equivalente à argumentação paradoxal em *donc* (*portanto*):

Um dia o trabalho faltou. Portanto teve fogo e pão no sótão.

As construções argumentativas sem conjunção são sempre doxais: o discurso de Hugo será interpretado normativamente (por um *donc*), enquanto o discurso transformado será interpretado transgressivamente (por um *pourtant*). A natureza da argumentação muda de modo a preservar a doxalidade do discurso.

Mais precisamente, as argumentações que as construções sem conjunção realizam, utilizam predicados argumentativos lexicalizados nos próprios termos – de onde o sentimento de banalidade, de esperado, que dão essas construções. Assim, o predicado normativo não-ter-resultado-devido-à-ausência-de-trabalho, por meio do qual o discurso de Hugo *o trabalho faltou; nada de fogo nem de pão no sótão* descreve Claude Gueux, está inscrito na própria significação linguística de *o trabalho faltou*. Há, na significação da palavra *trabalho*, o fato de que um resultado é visado – isso ocorre porque é possível construir a expressão *trabalhar para* ou ainda o grupo verbal *pôr em obra*, que indicam um esforço em

vista de um resultado. A frase *o trabalho faltou*, por seu emprego do verbo *faltar*, inverte em seguida o sentido da palavra *trabalho* e constrói o predicado não-trabalhar-portanto-não-ter-resultado. É esse predicado que se reconhece como descrevendo Claude, quando se interpreta *o trabalho faltou; nada de fogo nem de pão* como significando *o trabalho faltou portanto não teve nada de fogo nem de pão no sótão*.

A estrutura argumentativa do relato do roubo de Claude é, portanto, duplamente prefigurada pela língua. De uma parte, nós o vimos, porque as construções sem conjunção material têm regras. Mas também porque a aplicação dessas regras conduz a reconhecer os predicados argumentativos inscritos na própria significação das palavras. Poder-se-ia objetar contra esse segundo ponto com o final do relato:

O homem, a moça e a criança passaram frio e fome. O homem roubou.

Não descreve ele o homem por meio do predicado argumentativo *ter-seus-familiares-com-fome-e-frio-portanto-roubar*? Ora esse predicado não pertence à significação de *ter sua mulher e sua criança com fome e frio*; ele não faz parte do sentido da palavra *fome*, que a fome conduz ao roubo. Minha resposta será de que o predicado argumentativo utilizado por Hugo não é *ter-seus-familiares-com-fome-e-frio-portanto-roubar*, mas *ter-seus-familiares-com-fome-e-frio-portanto-ajudar*. É este último que pertence à significação de *ter sua mulher*

e sua criança com fome e frio e é ele que é mobilizado nessa argumentação. Isso tem como consequência que Claude aparece generoso: reação ao frio e à fome sofridos por sua família, seu roubo é apresentado por Hugo como uma ajuda que ele traz aos seus.

Um estudo mais aprofundado deveria ainda analisar a organização do retrato que é feito de Claude Gueux em todas as linhas iniciais da passagem narrativa. Eu me limitarei aqui a manter que o relato do roubo de Claude tem uma estrutura argumentativa, semanticamente restrita pelos termos que Hugo emprega. É a estrutura desse relato que eu me proponho agora comparar àquela da passagem militante.

Começar-se-á por destacar que a passagem militante assemelha-se muito à passagem narrativa.

Reencontram-se nela as construções sem conjunção: *Vós haveis removido o ferro em brasa; o grilhão e o machado não têm mais sentido*. Encontram-se também, a fim de contraste, as mesmas oposições de números. A passagem militante, em parte ao menos, é, portanto, argumentativa. Mas o que dizer dos agrupamentos de enunciados efetuados por suas conjunções? Constituem eles raciocínios, que marcam semanticamente o esforço persuasivo de Hugo? Vamos ver com um exemplo que responde negativamente à questão:

Ora “flétrissure”, solitária, pena de morte, três coisas que se igualam. Vós haveis suprimido a “flétrissure”, se vós sois lógicos, suprimi o resto.

É forçoso admitir que, se essas duas frases constituíssem um raciocínio, tratar-se-ia de um raciocínio bem circular, pois a alegada premissa “três coisas que se equivalem” tem exatamente por sentido que as três coisas devem ser tratadas da mesma maneira: caso se suprima uma, devem-se suprimir as outras. O alegado percurso da premissa à conclusão, a alegada transferência de verdade, ou ao menos de aceitabilidade, suposto pela própria noção de raciocínio e colocando-a em relação com a de persuasão, será aqui apenas raciocinação: a conclusão seria, não deduzida de premissas devido às ligações implicativas que as uniriam, mas afirmada a partir do argumento. O raciocínio seria, não da forma “p e p implicam q portanto q”, mas da forma “p portanto p”. Parece-me que isso não faz justiça ao texto de Hugo que, linguisticamente bem construído, é eficaz e convincente e isso porque, antes de ver nele um raciocínio circular – e muito pouco persuasivo –, eu preferirei ver nele uma construção argumentativa bem sucedida.

O mesmo sucede, eu creio, com toda a passagem militante. Ela e a passagem narrativa são argumentativas. Não que as duas passagens sejam raciocinadoras, nem mesmo o relato; mas nenhuma o é, nem mesmo a passagem “militante”. Ambas entrelaçam as palavras de maneira a construir os predicados argumentativos graças aos quais os diversos objetos do discurso são então descritos. Isso é generalizável? Todos os relatos são argumentativos ou essa é uma propriedade

da passagem narrativa de Hugo que, finalmente já persuasiva, conteria assim argumentações que a assemelhariam à passagem militante? Por que Hugo não tenta, com seu “relato”, nos convencer de que a sociedade foi injusta com Claude? Inversamente, todos os textos militantes são vazios de raciocínio ou essa é uma propriedade da passagem militante de Hugo, finalmente mais homem de letras que filósofo?

Começemos pelo relato. Uma análise argumentativa vai nos permitir mostrar que a passagem narrativa prepara efetivamente, sem o afirmar, o enunciado *a sociedade foi injusta com Claude Gueux*; mas nós veremos que essa alusão à injustiça da sociedade decorre da aplicação de regras de coesão textuais de narrativas, e não da aplicação de regras raciocinadoras do *logos*. É enquanto relato que a passagem narrativa é argumentativa. Um pequeno desvio para a análise do léxico será necessário para mostrar isso.

Vimos que a Teoria dos Blocos Semânticos propõe uma análise preditiva das argumentações. Esses predicados argumentativos constituem, como propus, elementos semânticos fundamentais, constitutivos da própria significação das palavras. Assim, eu coloco na significação do adjetivo *econômico* predicados argumentativos como não-comprar-devido-à-inutilidade, ter-qualidades-portanto-ser-apreciado ou ainda ter-qualidade-mesmo assim-não-ser-apreciado (a significação dos termos do léxico é sempre plural, cf. DUCROT,

2001). A presença do primeiro predicado na significação de *econômico* é a razão pela qual se sente um parentesco entre os julgamentos que dão sobre Pedro os locutores de *era inútil portanto Pedro não comprou* e de *Pedro foi econômico*; a presença do segundo e do terceiro predicados na significação de *econômico* é a razão pela qual *Pedro foi econômico* diz, contudo, mais que a simples argumentação *era inútil portanto Pedro não comprou*: poder-se-ia resumir isso dizendo que Pedro foi econômico é uma “interpretação”, tematizada sobre Pedro e não sobre o objeto supérfluo, de *era inútil portanto Pedro não comprou* (uma outra “interpretação” seria *Pedro nunca se dá um prazer*, que julgaria, dessa vez, desfavoravelmente, o comportamento de Pedro). Deve-se notar que fazer seguir a argumentação *era inútil portanto Pedro não comprou* por sua “interpretação” de que *ele foi econômico* dá um sentimento de encerramento, um pouco semelhante àquele que produzem as cadências perfeitas da música, utilizadas por Brassens ao final de suas canções, e que fazem suceder à baixa a dominante e a tônica. Eu qualificarei essa forma de fechamento de “cadência narrativa”.

As fábulas de La Fontaine fornecem inúmeros exemplos desse fenômeno de fechamento. A moral de *Animais Doentes de Peste* encerra, por exemplo, o relato da condenação do asno com uma cadência narrativa: o Asno foi condenado por causa de sua fraqueza e a moral (*Conforme o que vós sejais poderoso ou*

miserável, os julgamentos do tribunal vos farão brancos ou negros) “interpreta” esse acontecimento reconhecendo nele a iniquidade dos julgamentos do tribunal (mais tecnicamente, o relato, tematizado sobre o Asno, descrito este último por meio do predicado argumentativo *ser-condenado-porque-ser-miserável* enquanto a moral, tematizada sobre os julgamentos de tribunal, mobiliza o mesmo predicado argumentativo sob sua forma ativa *condenar-porque-miserável* e adiciona-lhe o predicado *inocentar-porque-poderoso*). Há cadência narrativa, como há ainda cadência narrativa no final da fábula sem moral O Lobo e o Cachorro:

– Amarrado? – diz o Lobo: vós não correis portanto
Onde vós quereis? – Não sempre mas que importa?
– Importa tanto que de todas vossas refeições
Eu não quero de forma alguma,
E não quereria mesmo, a esse preço, um tesouro.
Isso dito, mestre Lobo foge e corre ainda (tradução nossa).

– *Attaché? dit le Loup: vous ne courez donc pas*
Où vous voulez? – Pas toujours mais qu'importe?
– Il importe si bien, que de tous vos repas
Je ne veux en aucune sorte,
Et ne voudrais pas même à ce prix un trésor.
Cela dit, maître Loup s'enfuit et court encor.

As últimas palavras do Lobo evocam *comer seria perigoso portanto o Lobo não o queria*; e o último verso, pelo grupo verbal *foge e corre ainda*, “interpreta” essas palavras como uma fuga para salvar sua liberdade: é novamente expresso o predicado *perigo-portanto-não-fazer* (sig-

nificado por fugir) e a ele é acrescentado fugir-portanto-ser-livre.

Ora, esse é, para mim, o ponto importante, o sentimento de fechamento dado por essas cadências narrativas não acompanha em nenhum desses dois exemplos o movimento persuasivo. Isso é claro para o *Lobo e o Cachorro*, e da mesma maneira em os *Animais Doentes de Peste*. A moral dessa fábula não constitui a lição de La Fontaine – a divergência, nas fábulas de La Fontaine, entre moral e lição tem sido muito frequentemente destacada: essa última procura nos convencer não da evidência de que o poder é ganhador e a fraqueza perdedora (essa é a própria definição de poder e de fraqueza), mas sobretudo de que a obediência às regras dos fortes (porque o Asno aceita com o Leão que um Animal seja sacrificado) não conduz a nada. A cadência narrativa que conclui a fábula não acompanha, portanto, nenhum movimento persuasivo; ela fecha sem procurar persuadir; trata-se aí de um fenômeno puramente narrativo, e não persuasivo.

Voltemos, então, à passagem narrativa de Hugo. Se ela faz alusão a *a sociedade foi injusta com ele*, não é porque, persuasiva, ela tenderia a essa conclusão, mas porque, narrativa, essa frase permite ser fechada com uma cadência narrativa (Claude foi descrito por meio do predicado argumentativo *ser-punido-apesar-da-pequena-falta e a sociedade foi injusta* “interpreta” esse acontecimento ligando a esse predica-

do, a expressão de outros predicados argumentativos, por exemplo, *agir-mal-portanto-ser-condenado*, que pertence igualmente à significação de *injusta*). Essas são as regras do relato, e não aquelas do *logos*, que nos fazem entender na passagem narrativa de Hugo uma alusão à injustiça da sociedade. Esse texto trata apenas da ordem da narração e sua natureza argumentativa é inerente à sua natureza de relato.

Inversamente os textos militantes não contêm jamais raciocínios e são sempre argumentativamente, e somente argumentativamente, organizados? Eu acho isso: não que nossos discursos sejam, segundo penso, uma grande desordem; bem ao contrário, eu creio de maneira geral que nossos discursos são muito organizados e é precisamente para fazer-lhes justiça que eu proponho reconhecer neles argumentações e não raciocínios que, inelutavelmente, se provariam ser falaciosos. O registro literário não é um obstáculo que conduziria Hugo a fracassar nos banais empregos do *modus ponens*, mas um recurso que lhe permite obter contruções argumentativas ricas.

Mas, então, qual é a causa desse sentimento intuitivo de uma intenção persuasiva de Hugo mais marcada na passagem militante que na passagem narrativa?

Modos enunciativos diferentes

Os fenômenos enunciativos que vão me interessar são aqueles isolados por Benveniste e qualificados por ele de “enunciação histórica” e de “enunciação discursiva”. Eu compreendo essas duas formas de enunciação como dois tipos de tons que um locutor pode utilizar para falar: ou ele se desimplica de seu enunciado – é, por exemplo, o caso do locutor de *um inverno, o trabalho faltou*, cujo enunciado pretende comunicar um conteúdo factual – e a enunciação é histórica; ou, ao inverso, o locutor se engaja em seu enunciado e procura agir sobre seu interlocutor – como nos imperativos *refazer a sua penalidade refazer a vossa* – e a enunciação é, então, discursiva. Eu insisto sobre o fato de que essas duas formas de enunciação são duas posturas do locutor. Elas não refletem nem seu estado intelectual, nem as razões (percepção, diz-se,...) pelas quais ele afirma o que afirma. Postas, elas introduzem apenas diferenças na ordem do discurso. Em lugar de *um inverno, o trabalho faltou* (*manqua*) Hugo teria podido escrever *um inverno, o trabalho faltou* (*a manqué*): enquanto o locutor do passado simples (*manqua*) se descreve como utilizando os fatos conhecidos de todos, o locutor do passado composto, pelo próprio emprego do passado composto, se descreve como dirigindo o conteúdo de seu enunciado a um interlocutor; exceto essa diferença de endereçamento, nada

é alterado. Minha hipótese é que as duas passagens de Hugo são intuitivamente distintas porque são, no sentido que eu acabo de dar a esse termo, enunciativamente distintas. Algumas precisões teóricas.

Diferentemente de Benveniste, todo enunciado tem, segundo penso, um locutor, responsável pela função textual dos conteúdos que ele pode, assim, pôr, acordar ou excluir (o locutor de *o amigo de Maria não é gentil* lembra [Maria tem um amigo], exclui o conteúdo positivo [o amigo de Maria é gentil] e põe o conteúdo negativo NÃO-[o amigo de Maria é gentil] segundo o qual o amigo de Maria tem uma forma, fraca, de maldade). O mesmo não ocorre com a aparição dos conteúdos. O locutor pode declarar conceber o conteúdo de seu enunciado na ocasião da enunciação (*eu acho essa torta muito boa*), mas ele pode se desimplicar e declarar não estar absolutamente presente na concepção do conteúdo (*fumar prejudica a saúde*). Há, então, como destacava Benveniste, desengajamento do locutor, mas, eu insisto nesse ponto, não há nem por isso apagamento total do locutor: apenas o modo de aparição do conteúdo é afetado; o enunciado conserva um locutor.

Segunda precisão, que me conduz ainda a tomar alguma distância de Benveniste: o papel do interlocutor não é para mim simétrico ao do locutor. Quando a enunciação se desimplica, o conteúdo pode certamente, é isso que destaca Benveniste, não ser endereçado a nenhum interlocutor: os conteúdos são

apresentados como conhecidos de todos, eu digo que eles aparecem no modo do “encontrado”. Mas um locutor pode recusar toda responsabilidade sobre a concepção de um conteúdo e, ao mesmo tempo, pretender trazê-lo a um interlocutor menos informado que ele. Ocorre, assim, nos relatos no presente narrativo cujos locutores desempenham o papel de um intermediário:

*Uma vez a decisão da comissão de expurgo interrompida, Popov faz tudo o que pode para não aplicá-la. Em fevereiro de 1925, ele fornece à Inspeção a lista das pessoas que foram excluídas. Elas são apenas vinte! Além disso, ele tenta, parece, armar uma cilada para a comissão mencionando algumas pessoas que não eram visadas pelas decisões e que partiram ou foram expurgadas por outras razões (BLUM; MESPOULET. *L'anarchie bureaucratique* - tradução nossa).*

*Une fois la décision de la commission de purge arrêtée, Popov fait tout son possible pour ne pas l'appliquer. En février 1925, il fournit à l'Inspection la liste des personnes qui ont été exclues. Elles ne sont que vingt! Qui plus est, il essaie, semble-t-il, de piéger la commission en mentionnant quelques personnes qui n'étaient pas visées par les décisions et qui sont parties ou ont été évincées pour d'autres raisons (A. Blum et M. Mespoulet, *L'anarchie bureaucratique*).*

Que o locutor está presente, desde a aparição dos conteúdos (e não simplesmente na escolha da sua função textual), se vê através da hesitação marcada por *parece* (*semble-t-il*), ou ainda a exclamação por meio da qual o locutor pretende reagir aos fatos. O locutor não dá, entretanto, aqui sua opinião; ele se mostra simplesmente trazendo informações a um interlocutor que escuta e sabe delas menos que ele. Eu digo que os conteúdos

aparecem sob o modo do “informativo”. Veremos que a passagem narrativa de Hugo utiliza um e outro desses dois modos enunciativos desimplicados.

Inteiramente no passado simples, o relato do roubo é enunciado no modo do encontrado.

Um inverno, o trabalho faltou. Nada de fogo nem de pão no sótão. O homem, a moça e a criança passaram frio e fome. O homem roubou.

Un hiver, l'ouvrage manqua. Pas de feu ni de pain dans le galetas. L'homme, la fille et l'enfant eurent froid et faim. L'homme vola.

Os acontecimentos “parecem narrar a si próprios”. Eles estão diante do locutor como diante de todos e este último não tem necessidade de endereçá-los; ninguém dá sua opinião e ninguém recebe informação. O relato tem um ar factual não porque fatos estariam ali sem maquiagem, mas porque o passado simples descreve o conteúdo como tendo sido encontrado ali, sem maquiagem. Ao inverso, é no modo do informativo que inicia Claude Gueux. Empregando um *ou* (*há sete ou oito anos*) muito semelhante ao *parece* (*semble-t-il*) de Blum, o locutor se mostra de fato trazendo os conteúdos factuais; ele os traz a alguém que não tomará a palavra (os fatos são indiscutíveis) e que Hugo designa com a terceira pessoa pelo grupo nominal *o leitor*:

Eu digo as coisas como elas são, deixando o leitor juntar as moralidades, à medida que os fatos as semeiam em seu caminho.

Je dis les choses comme elles sont, laissant le lecteur ramasser les moralités à mesure que les faits les sèment sur leur chemin.

Desimplicado, o modo é não aquele dos fatos que estão ali (cf. o relato do roubo no passado simples), mas aquele dos fatos trazidos. Ao modo do encontrado, a passagem acrescenta o modo do informativo.

É uma outra aliança enunciativa, vamos ver, que mobiliza a passagem militante. Benveniste a teria fortemente oposto à primeira passagem: ao relato, a enunciação histórica; à passagem militante, a enunciação discursiva. A oposição parece-me, no entanto, menos radical, a passagem militante divide, eu creio, com a passagem narrativa, o emprego do modo do encontrado:

a pena de morte é uma amputação bárbara.
la peine de mort est une amputation barbare.

Certamente esse enunciado comporta um adjetivo avaliativo, *bárbaro*, e desse modo pode ser qualificado como não objetivo. Mas o locutor confessa essa posição ou faz como se “ser uma amputação bárbara” fosse uma propriedade, observável, que teria realmente, no mundo, a pena de morte? O locutor declara nos comunicar o que ele próprio está concebendo ou ele declara nos comunicar o que é? Esse enunciado é do mesmo tipo de *eu acho que a pena de morte é uma amputação bárbara*? Ou esse enunciado é do mesmo tipo de *a pena de morte foi uma amputação bárbara*? Parece-me que se está no segundo caso. Hugo pretende dizer o que é, não o que ele pensa, e o conteúdo [a pena de morte tem a propriedade de ser uma amputação bárbara] aparece sob o modo do encontrado. Os conteúdos

avaliativos, não vericondicionais, podem ser enunciados factualmente; é o que faz o Estado quando manda escrever nos maços de cigarros *fumar prejudica gravemente a saúde* (a gravidade não é uma propriedade observável). É o que faz Hugo no início da passagem militante. A natureza do conteúdo não condiciona a natureza da enunciação; a factulidade pode ter um único modo enunciativo – talvez mesmo este seja sempre o caso. As duas passagens compartilham o emprego do modo do encontrado.

É pelo modo que elas combinam ao modo do encontrado que a passagem militante e a passagem narrativa se distinguem. O locutor da passagem narrativa acrescentava-lhe o modo informativo, um modo desimplicado endereçado a um interlocutor dócil, que aprende com o locutor. O locutor da passagem militante acrescenta-lhe um outro modo enunciativo, ao mesmo tempo implicado e endereçado a um interlocutor ativo: o que eu chamo de modo do “concebido”. É sob esse modo que aparece, por exemplo, o último conteúdo da passagem militante.

Já que estais em verve de supressões, suprimi o carrasco. Com o soldo de vossos oitenta carrascos, vós pagareis seiscentos mestres de escola.

Puisque vous êtes en verve de suppressions, supprimez le bourreau. Avec la solde de vos quatre-vingts bourreaux, vous payerez six cents maîtres d'école.

Sabe-se que a forma gramatical que constitui o imperativo tem numerosas funções. Nesse emprego, em que ele é seguido do futuro gramatical, o impera-

tivo é associado a um objetivo, expresso explicitamente pelo futuro. O conteúdo comunicado é o conteúdo argumentativo [Se vós suprimis o carrasco, vós pagareis muitos mestres de escola] e o locutor reivindica conceber essa ligação argumentativa no momento da enunciação, depois endereçá-la a um interlocutor que, designado por *vós*, é descrito como capaz de responder (diz-se *vós* àquele que dirá “*eu*”): o conteúdo aparece sob o modo do concebido.

Da passagem narrativa à passagem militante há, portanto, duas mudanças enunciativas: uma de endereço, o ouvinte passivo torna-se aqui um interlocutor ativo; e uma de implicação do locutor que, desengajado na narração, torna-se aqui engajado. Qual desses dois fenômenos é responsável pelo nosso sentimento de que a passagem militante deixa entrever mais a intenção persuasiva de Hugo?

Poder-se-ia pensar que o endereçamento a um interlocutor ativo, porque ele colocaria em evidência aquele que o locutor quer influenciar, é o que nos faz reconhecer a intenção persuasiva de Hugo. Mas acontece que Hugo não procura precisamente persuadir aqueles a que o texto é explicitamente dirigido por meio do *vós*. Seria de fato muito estranho zombar-se deles:

Senhores, cortam-se muitas cabeças por ano na França. Já que vós estais fazendo economia, fazei economia disso.

Messieurs, il se coupe trop de têtes en France. Puisque vous êtes en train de faire des économies, faites-en là dessus.

Se Hugo se dirige aos deputados, não é para os convencer: é para se mostrar mais brilhante que eles, para vencê-los, e, fortalecido com essa vitória, seduzir aqueles aos quais ele procura se aliar e que são os espectadores desse debate. Não que ele espere desses espectadores que o declarem vencedor da disputa imaginária que o opõe aos deputados; esses espectadores não são árbitros; o combate já está ganho e o locutor nele se deu o bonito papel. Hugo tenta somente seduzir os espectadores pelo retrato heroico que ele erige de si mesmo.

Eu retorno, então, uma última vez, à minha questão. Por que a passagem militante mostra mais que a passagem narrativa a intenção de Hugo? Minha resposta será que a implicação enunciativa do locutor, por meio da qual o locutor se declara conceber os conteúdos na ocasião da enunciação, é o que lhe permite transformar seu discurso em autorretrato. Não se trata mais, como na passagem narrativa, de deixar os acontecimentos se narrarem, nem de trazer-lhes um ouvinte passivo. Trata-se de se mostrar pensando correto, ou antes pensando melhor, mais habilmente, mais eficazmente, que um certo *vós*. O que a passagem militante nos mostra, isso de que há os traços semânticos, é a presença desse locutor brilhante tentando vencer um interlocutor ativo. O retrato que o locutor faz de si mesmo pode em seguida conduzir os espectadores a participar de seu campo (ele pode também fazê-los sorrir, Hugo é um pouco infantil), mas essa

é apenas uma consequência psicológica segunda, que não olha a semântica. A própria presença desses espectadores não é uma característica da passagem militante porque esses últimos assistiam igualmente ao relato – talvez até sejam nele mais presentes linguisticamente porque idênticos ao ouvinte passivo que o locutor do relato se dá e designa pelo grupo nominal *o leitor*. A passagem militante é diferente da passagem narrativa apenas no ponto em que seu locutor, empregando o modo do concebido, descreve-se a si mesmo. Sua eficácia persuasiva é a qualidade do retrato.

Récit et persuasion dans le *Claude Gueux* de Victor Hugo

Résumé

L'article aborde la question de la persuasion en comparant deux passages du texte *Claude Gueux*, de Victor Hugo. Il se propose de déterminer si quelque chose, *sémantiquement*, dans les mots eux-mêmes, distingue le passage narratif extrait de la première partie et le passage militant extrait de la deuxième partie. L'auteure montre que du passage narratif au passage militant, il y a deux changements énonciatifs: un changement d'adresse, l'auditeur passif devenant un interlocuteur actif; et un changement d'implication du locuteur qui, désengagé dans la narration, devient engagé dans le passage militant.

Mots-clés: Analyse énonciative. Analyse sémantique. Persuasion. Texte narratif. Texte militant.

Referências

- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.
- BLUM, A.; MESPOULET, M. *L'anarchie bureaucratique*. Paris: La Découverte, 2003.
- CAREL, M. Pourtant: argumentation by exception, sous la direction de P-Y Raccach. *Journal of Pragmatics*, v. 24, n. 1-2, p. 167-188, 1995.
- DUCROT, O. Critères argumentatifs et analyse lexicale, *Langages*, v. 142, p. 22-40, 2001.
- HUGO, V. *Claude Gueux*. Paris: GF Flammarion, 1834/2007.